

O conceito de paisagem em história

Adalmir Leonidio*

Resumo: O conceito de paisagem vem sendo trabalhado sistematicamente em algumas áreas do conhecimento, como a ecologia e a geografia. Contudo, em história, apesar de alguns trabalhos temáticos virem se utilizando do conceito, ele não tem recebido a mesma atenção. Reflexo disso é a confusão constante entre os conceitos de paisagem e ecossistema. O objetivo principal aqui é fazer um balanço historiográfico do seu uso, bem como suas conexões com outras áreas do saber acadêmico.

Palavras-chave: História, Paisagem, Brasil

A geografia e a ecologia

O conceito de “paisagem” surgiu entre geógrafos alemães e depois difundiu-se entre teóricos de língua inglesa, ligados ou não à geografia (CASTRO, 2009). Entre geógrafos oitocentistas, o ambiente físico era um senhor todo-poderoso. O alemão Alexander Von Humboldt (1769-1859) considerava a paisagem tão somente um conjunto de feições morfológicas, fitofisionômicas, topográficas, hídricas e geológicas nas quais o homem atuava, como um mero coadjuvante em meio à natureza imponente. Seu conterrâneo, Friedrich Ratzel (1844-1904), fundador da antropogeografia, irá um pouco mais além, ao incluir o homem nos estudos geográficos. Contudo, sua geografia consistia em um estudo da influência que as condições naturais exerciam sobre o homem.

Na virada do século XIX a geografia conta com a importante contribuição do francês Paul Vidal de La Blache (1845-1918). Para ele, o que interessa é o resultado da ação humana na paisagem. Durante eras o homem se adaptou a diferentes lugares do planeta, criando, no relacionamento constante com a natureza, um acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes (“gêneros de vida”), que lhe permitiram usar os recursos disponíveis. Assim, o homem conseguiria sobreviver e evoluir, não determinado pelo meio, mas à medida que ele dominasse e transformasse a natureza¹.

Nos anos 1920 o geógrafo alemão Carl Sauer (1889-1975), em seu texto *The morphology of landscape*, sob influência da antropologia americana, introduziu a distinção entre paisagem natural e paisagem cultural. Enquanto a primeira refletiria as formas e objetos

* Professor Doutor, Universidade de São Paulo. Pesquisa financiada pela FAPESP.

¹ Para se opor ao “determinismo geográfico” de Humboldt e Ratzel, o historiador francês Lucien Febvre utilizou, nos anos 1920, a expressão “possibilismo geográfico”

da natureza, que existe com ou sem o homem, a segunda seria o resultado direto da relação do homem com o meio. Sob sua batuta surgiu a poderosa escola de Berkeley, nos Estados Unidos, bem como a influente corrente da geografia cultural, cuja ênfase recai na ação transformadora do homem sobre o meio.

Nos anos 1980 Denis Cosgrove (1948-2008) propõe que as formas visíveis da paisagem estão intimamente ligadas às diferentes representações culturais (COSGROVE, 1998). Por um lado, isso significa dizer que as matas, os rios, os relevos, o clima têm significados distintos para culturas distintas. Mas por outro, a paisagem pode vir a ser entendida – e de fato ela tem sido entendida assim por muitos pesquisadores atuais – como um mero conjunto de signos, que devem ser interpretados, e a atividade do pesquisador como a de um hermenêuta. Para fugir a isso, Cosgrove propôs que a paisagem fosse vista como uma construção simbólica, mas condicionada pela realidade sócio-econômica que a enreda.

Correntes atuais da geografia tendem a não distinguir mais paisagem natural e cultural, mas a ver a natureza como produto da ação humana – não somente como meio onde os homens atuam – e a paisagem como um *continuum*. Em outras palavras, a paisagem é uma determinada porção do espaço, resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução (SCHIER, 2003; RISSO, 2008).

Esta visão da geografia foi muito influenciada pelas pesquisas antropológicas, desde o final dos anos 1980. Ghilleen Prance e Herbert Schubart buscaram mostrar, através da análise de vestígios de carvão e cacos de cerâmica, que as campinas abertas do Rio Negro, na Amazônia brasileira, comumente consideradas vegetação primária, eram, em verdade, o resultado de sucessivas queimadas que teriam sincopado definitivamente o processo de sucessão ecológica há mais de mil anos. Em outro estudo, William Ballé buscou mostrar que as matas de bambu da Amazônia, com cerca de 85.000 km² de extensão, resultaram de queimadas num período pré-colombiano bastante recuado.

Em outras palavras, os estudos mais recentes têm pensado a paisagem como algo em contínua transformação². As contribuições da ecologia são, nesse sentido, de fundamental importância para a compreensão do conceito. O termo “ecologia de paisagens” foi utilizado pela primeira vez pelo geógrafo alemão Carl Troll (1899-1975), em 1939. Segundo Troll, a paisagem pode ser entendida como a heterogeneidade do espaço onde o homem habita.

² Ver, por exemplo, o estudo de Júlia Silva Basto (2007).

Assim, a paisagem poderia ser entendida como um mosaico de relevos, tipos de vegetação e formas de ocupação, mas sem as características de um sistema (METZER, 2001). Um pouco antes disso, no entanto, em 1935, o biólogo Arthur Tansley (1871-1955) já havia introduzido na ecologia o conceito de ecossistema, cujo eixo semântico está relacionado à homogeneidade do espaço analisado, isto é, à idéia de um sistema onde há interdependência de seus componentes e mecanismos de auto-regulação (relações entre animais, plantas e ambiente abiótico).

Assim, a abordagem geográfica, que vem sendo utilizada por muitos ecólogos da paisagem, está centrada nas interações do homem com seu ambiente e lida com escalas espaciais e temporais bastante amplas. Suas formas usuais de representar as unidades de paisagem são o ecossistema, a cobertura vegetal ou o uso e a ocupação do território. Entre os fatores definidores da paisagem utilizados por esses geógrafos podemos destacar o ambiente abiótico (formas de relevo, tipos de solo, dinâmica hidro-geomorfológica, parâmetros climáticos) e a ação humana (fragmentação e alteração dos habitats, desmatamento, criação de reservatórios, abertura de estradas, entre outros). Segundo Metzger (2001), estes fatores condicionam tanto a presença de determinadas unidades, quanto a disposição espacial das mesmas no mosaico que compõe a paisagem (METZER, 2001: 3-4).

Por seu lado, a abordagem ecológica da paisagem está atualmente preocupada com a compreensão das conseqüências do padrão espacial nos processos ecológicos. O mosaico é considerado um conjunto de habitats que apresentam condições mais ou menos favoráveis para a espécie ou comunidade estudada. A escala espaço-temporal não é obrigatoriamente ampla (para um gafanhoto pode existir um mosaico de manchas interativas numa área de apenas 4 km² de extensão; enquanto para uma onça-parda, o mosaico pode ser definido em escalas espaciais semelhantes às usadas para a ocupação humana). Além disso, ela tem buscado criticar a noção hierárquica que predomina na abordagem geográfica e que tende a pensar as paisagens como conjunto de ecossistemas, noção que acarreta uma visão sistêmica onde há interdependência de componentes. As unidades da paisagem, neste caso, são, em geral, os diferentes habitats (METZER, 2001: 5).

A história agrária e regional

Inspirados pelo Congresso Internacional de Geografia, ocorrido em Paris, em 1931, particularmente por Vidal de La Blache, dois historiadores, fundadores da influente *École des Annales*, vão se destacar nas discussões sobre história das paisagens, Lucien Febvre e Marc

Bloch. Em uma série de conferências pronunciadas nos anos 1930, Bloch buscou distinguir as diversas etapas de ocupação do solo e os “gêneros de vida” a elas correspondentes (BLOCH, 2001: 462-463).

Ao analisar a “paisagem agrária” francesa no final do século XVIII, Bloch conclui tratar-se de “magros campos recortados dentre matas e bosques”, com o predomínio de culturas de tipo temporário. As parcelas tinham formas irregulares, sendo a maior parte desprovida de cercas. Entretanto, uma tendência parecia reforçar-se em direção à formação dos campos cercados. O “habitat” era geralmente disperso e os povoados numerosos, cada um agrupando um número muito pequeno de casas.

No decorrer do século XIX, “o arroteamento atinge os matagais”. Isso se deve em parte ao uso generalizado da cal nas lavouras, que favoreceu as conquistas da terra arável. Isso não quer dizer que a mata tenha desaparecido por completo. Mas ela muda de função: aquilo que sobra dela deixa de ser uma reserva de cultura temporária para se reduzir ao papel fundamental de pasto. Paralelamente, assiste-se à diminuição progressiva das terras comunais. A exploração regular dos campos torna-se quase regra e a população aumenta continuamente. Quanto ao “habitat”, a dispersão das casas e pequenos povoados marcou um progresso muito nítido. Isso se deve sem dúvida aos desmatamentos progressivos, mas também à dissolução das antigas comunidades familiares (BLOCH, 2001: 469-470).

Portanto, para Bloch, as transformações da paisagem rural francesa entre os séculos XVIII e XIX estão profundamente relacionadas às transformações nas formas dos campos e na estrutura social. São essas marcas humanas da paisagem que pareciam a Bloch ausentes no trabalho de Friedrich Mager sobre a evolução da paisagem na região da Silésia. Mager teria traçado um mapa das zonas florestais da Idade Média, onde indicava as glebas onde a presença das florestas, em sua época já desaparecidas, seria atestada pela toponímia. Assim, Mager se recusa a acreditar que os primeiros cultivadores desta região tenham experimentado, ante as florestas, aquela repugnância que era comum atribuir-lhes os pesquisadores dos costumes agrários. Em outras palavras, a paisagem típica do norte da Alemanha por esta época, o Geest, caracterizada pela quase ausência de árvores, teria sido o resultado da exploração secular e desordenada que arruinou a antiga floresta (BLOCH, 2001: 481).

Para Bloch, contudo, seria preciso observar as diferentes modalidades de ocupação e uso do solo, que teriam conferido às paisagens suas feições típicas, a ponto de poderem ser chamadas “paisagens de civilização”: “A verdade (todavia) é que havia florestas e florestas: umas onde nossos ancestrais conseguiam bastante facilmente implantar suas culturas; outras que lhes pareciam muito mais impenetráveis.” (BLOCH, 2001: 482).

Em suma, o “desenho dos campos” seria o livro onde todas as sociedades rurais inscreveriam as vicissitudes de seu passado. Haveria dois tipos de desenho: parcelas estreitas e longas agrupando-se regularmente em quarteirões; campos de formas variáveis, imbricando-se uns nos outros, num grande mosaico desordenado. Nos seus primeiros estudos, Bloch teria atribuído a essas duas modalidades de desenho dos campos o correspondente estágio tecnológico da Europa. Enquanto os campos irregulares estariam ligados ao emprego do arado e ao trabalho individual, os campos regulares estariam ligados ao emprego da charrua de rodas (mais desajeitadas para virar) e ao trabalho coletivo. Em trabalhos posteriores, contudo, Bloch tende a admitir que as condições naturais poderiam ter papel relevante: “Ninguém jamais pretendeu que os homens habituados a traçar seus campos de comprimento não tenham sido alguma vez obrigados, pelas necessidades do relevo, a adotar outro método” (BLOCH, 2001: 508).

O caso do País Basco parece bastante emblemático a este respeito. Nesta região, os campos alongados (regulares) seriam apanágio dos fundos de vale, onde a drenagem era suficiente; predominariam aí a cultura permanente e o trabalho coletivo. Por outro lado, os campos irregulares reinariam nas encostas, com culturas temporárias e trabalho individual (BLOCH, 2001: 509).

Na região do vale do Loire parece haver caso semelhante. No norte predominariam as grandes culturas (aquelas que ocupam grande extensão da terra arável); as parcelas seriam alongadas e regularmente agrupadas; florestas expulsas pelos arroteamentos aos limites das glebas e espalhadas pelos terrenos roçados; fortes servidões coletivas sobre as lavouras; charruas puxadas por cavalos; habitat povoado; casas de pátios fechados; preponderância do arroteamento. No sul, ao contrário: pequenas culturas (ocupa uma pequena parte da terra arável); largo uso da cultura temporária, em detrimento das vastas charnecas ou de restos de bosques; campos irregulares; matas extensas que asseguravam o alimento dos rebanhos; florestas degradadas e retalhadas; charrua ou arado movidos por bois; habitat de povoados ou casas isoladas; casas de pátios abertos; meação (BLOCH, 2001: 510).

Em suma, duas diferentes paisagens agrárias (campo aberto ou fechado), dois tipos de regime de trabalho (coletivo ou individual), dois tipos de povoado, diferentes ritmos de desmatamento. Em outras palavras, como dirá anos mais tarde o próprio Bloch, “por detrás dos traços sensíveis da paisagem (...) são exatamente os homens que a história pretende apreender” (BLOCH, 1997: 88).

Apesar da adoção explícita do conceito de “paisagem humanizada”, Bloch não parece opor “paisagem natural” e “paisagem cultural”, como o fará, alguns anos mais tarde, outro

historiador ligado à história agrária e regional, Witold Kula. Segundo o historiador polonês, o meio geográfico é transformado por duas categorias de forças, as forças da natureza e as forças sociais de produção. A paisagem seria então o reflexo exterior desse meio geográfico e estaria dividida em “natural” (ainda não transformada pela ação humana) e cultural (transformada pela ação humana) (KULA, 1977: 521).

Ainda em aberto debate com a noção de “espaço vital” de Ratzel, Kula, amplamente influenciado por certo marxismo, defende a idéia de que o desenvolvimento social significa um processo de emancipação gradual do homem em relação às forças da natureza e ao meio geográfico. Contudo, a superação da dependência geográfica cria novas dependências. Por exemplo, a descoberta de novas fontes de energia nos liberta das antigas, mas atrela o desenvolvimento a essas novas formas. Assim, “a subordinação do homem à natureza é um fenômeno constante”. Do mesmo modo, ao agir sobre o meio, a fim de superar sua dependência, o homem cria efeitos involuntários. Exemplo: a destruição dos bosques provocou, depois de muitos séculos, a mudança do clima e a erosão da terra.

Sua contribuição mais importante, no entanto, parece repousar sobre a relação entre diferentes modos de vida e a representação dos fenômenos naturais. Em outras palavras, segundo Kula, um fenômeno natural pode ter um significado ou outro, dependendo do nível de organização social. Uma geada pode ser um desastre, podendo significar fome e morte para uma sociedade em que as técnicas não permitam combatê-la. Mas o significado também pode ser diverso dependendo da cultura. Uma sociedade pode vê-la como um castigo (como no caso de uma sociedade religiosa) ou como mero acaso, no caso de uma sociedade laica.

A história ambiental contemporânea

Um dos pioneiros e mais conhecidos historiadores ligados à história ambiental, Donald Worster, fala em três níveis da história ambiental: o primeiro trata do entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado; o segundo introduz o domínio sócio-econômico na medida em que este interage com o ambiente; “por fim, formando um terceiro nível, vem aquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza” (WORSTER, 1991: 200). Quanto ao primeiro nível, ele não fala

em história da paisagem e só acidentalmente usa a expressão paisagem. Isto é, seu uso aqui não parece ter qualquer consequência conceitual.

Ainda sobre o primeiro nível, Worster fala em “reconstrução de paisagens do passado, verificando como eram e como funcionavam antes que as sociedades humanas as penetrassem e modificassem”. Isto é, parece reiterar a velha oposição entre “paisagem natural” e “paisagem cultural”.

Nenhum dos dois problemas parecem estar presentes no texto de Francisco Carlos Teixeira da Silva sobre história das paisagens. Critica abertamente a oposição “paisagem natural” e “paisagem cultural”, bem como enfatiza a necessidade de uma visão que privilegie os resultados da ação do homem sobre o meio e pense a paisagem não como um dado externo e imóvel, mas como produto de uma prolongada atividade antropogênica. Defende ainda um aporte não-funcionalista do conceito de paisagem:

Ao tratarmos de amplos sistemas apenas provisoriamente estáveis – como as paisagens – deveríamos levar em conta não só a multilateralidade de processos de desenvolvimento mas também, fundamentalmente, a imprevisibilidade de resultados a partir de pequenas alterações, turbulências ou intervenções aleatórias no seu funcionamento. No caso das análises históricas das paisagens, consideradas como um determinado bioma, dever-se-ia considerar que são sistemas abertos, submetidos permanentemente a fatores aleatórios – entre os quais os variados tipos de ação humana – cujos resultados não são previsíveis (SILVA, 1997: 208).

O autor finaliza com uma proposta metodológica para os estudos em história da paisagem, que segundo ele deveria priorizar cinco fatores essenciais ou cinco tipos de dados em suas pesquisas, “todos fundamentais na organização do espaço”: os dados da geografia física; os dados do direito; a tecnologia disponível; os dados da demografia; os dados da sociologia. A geografia apresenta-se como condição sensível inicial, mas incapaz de determinar qualquer processo linear de evolução. Quanto aos dados do direito, o autor está claramente inspirado nas pesquisas de Bloch sobre as paisagens agrárias da França. Segundo o historiador francês, como visto, a vigência de regras conservacionistas ou não traduzem antagonismos de grupos econômicos e a oposição de concepções eminentemente diferentes. Ao mesmo tempo, Bloch argumenta que grupos sociais, quando livres de constrangimentos, tenderiam a um uso predatório dos recursos naturais. No Brasil, a forma de legal de apossamento das terras, sob o regime de sesmarias, condicionou o tipo de paisagem predominante no período colonial, centrada nos extensos latifúndios de cana. Em suma, campos parcelados, cercados, homogêneos, áreas comunais – tudo depende das regras admitidas ou impostas pelo/ao grupo (SILVA, 1997: 211-212).

Quanto aos dados da tecnologia, a referência parece ser o trabalho de Kula, segundo o qual a adoção de determinado padrão tecnológico promove um incessante processo de mudanças na paisagem, com ritmos e direções diferenciadas. Como visto em Bloch, a utilização de arados ou charruas determinou a configuração das formas dos campos em vastas áreas da Europa. Por último, os dados da sociologia, nos permitiria pensar a importância das decisões políticas para a configuração de determinado tipo de paisagem. Por exemplo, a proteção de variadas espécies florestais, incluindo aí o pau-brasil, esteve por muito tempo sob a ingerência política da Coroa, que temia a falta de madeiras usadas nas embarcações reais (SILVA, 1997: 213).

Teríamos, assim, uma ampla gama de fontes possíveis a serem usadas em uma pesquisa sobre história da paisagem: códigos de postura, registros fundiários, livros ou tratados de agronomia, a arqueologia, relatos de viajantes, iconografia. Alguns trabalhos mais recentes, inspirados em autores norte-americanos da década de 1970, têm falado na própria paisagem como um “documento a ser lido”. Contudo, trata-se de uma técnica que, embora possível, está ainda muito aquém da plausibilidade. Outros autores têm enfatizado a importância do imaginário social que enreda as diferentes formas de paisagem. Neste sentido, poderíamos perfeitamente incluir nesta tipologia de fontes, além dos relatos de viagem, escritos de natureza literária, como os romances de José de Alencar, que nos fornecem imagens típicas da natureza pitoresca que até hoje seduzem o olhar tanto de brasileiros quanto de estrangeiros.

Considerações finais

Apesar da inegável importância do trabalho de Francisco Carlos, nota-se nele, bem como em outros trabalhos mais recentes, certa confusão conceitual, que a ampliação do diálogo com as ciências naturais poderia ajudar a superar. Por exemplo, Francisco Carlos busca criticar a abordagem sistêmica de alguns autores que tratam da paisagem, e para isso usa várias expressões como “bioma”, por exemplo, que na verdade se refere às comunidades clímax dos ecossistemas terrestres. Ou seja, usa indistintamente os conceitos de ecossistema (que remete a uma abordagem sistêmica) e paisagem, apesar de criticar a primeira forma de abordagem. Do mesmo modo, usa como sinônimos os conceitos de paisagem e espaço, que, na geografia, remete a abordagens bastante diferenciadas, conforme visto.

Bibliografia citada

- BALLÉ, William. Cultura na vegetação da Amazônia. In: NEVES, W. Alves (org.). *Biologia e ecologia humana na Amazônia*. Belém: Museu Emílio Goeldi, 1989, pp. 95-105.
- BLOCH, Marc. *A terra e seus homens*. Buaru/SP: EDUSC, 2001
- BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Lisboa: Europa-América, 1997.
- CASTRO, Demian Garcia. “Significados do conceito de paisagem: um debate através da epistemologia da geografia”, www.pucsp.br/diamantino/paisagem, 2009
- COSGROVE, Denis. “A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas”. In: ROZENDAHL, Zeny (org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.
- KULA, Witold. *Problemas y métodos de la historia económica*. Barcelona: Ediciones Península, 1977 (a primeira edição é de 1963).
- METZER, Jean Paul. “O que é ecologia de paisagens?”, *Biota Neotropica*, Campinas/SP, v. 1, n. 1, dez. 2001.
- PEDROSO Jr., Nelson Novaes; MURRIETA, Rui Sérgio Sereni; ADAMS, Cristina. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação, *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 3, n. 2, pp. 153-174, mai/ago 2008.
- PRANCE, Ghilleen; SCHUBART, Herbert. Notes on the vegetation of Amazonia. A preliminary note on the origin of the open White sand campinas of the lower Rio negro, *Brittonia*, v. 30, n. 1, pp. 60-63, 1978.
- RISSO, Luciene Cristina. Paisagens e cultura: uma reflexão teórica a partir do estudo de uma comunidade indígena amazônica, *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 23, jan./jun. 2008
- SAUER, Carl. “A morfologia da paisagem”. In: Rozendahl Corrêa (org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998
- SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia, *Raega*, Curitiba, n. 7, 2003.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- WORSTER, Donald. “Para fazer história ambiental”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, pp. 198-215.